

DS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº

ACÓRDÃO



02622543

Vistos, relatados e discutidos estes autos de APELAÇÃO CÍVEL COM REVISÃO nº 454.699-5/3-00, da Comarca de SÃO PAULO-FAZ PÚBLICA, em que são apelantes SIMONE PORTO (POR SI E REPRESENTANDO SEU FILHO MENOR) (AJ) E BRUNO MATEUS PORTO CASTRO (MENOR) sendo apelados SÃO PAULO TRANSPORTE S A (ATUAL DENOMINAÇÃO DE) CMTC COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS, AUTO VIAÇÃO BRASIL LUXO LTDA E PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO:

ACORDAM, em Décima Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO, V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores TORRES DE CARVALHO (Presidente, sem voto), URBANO RUIZ e ANTONIO CARLOS VILLEN.

São Paulo, 28 de setembro de 2009.

PLB

PAULO GALIZIA
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

VOTO Nº 104

10ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 454.699.5/3-00

COMARCA: SÃO PAULO

APELANTE: SIMONE PORTO (POR SI E REPRESENTANDO SEU FILHO MENOR)

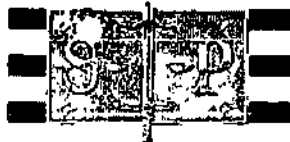
APELADOS: SÃO PAULO TRANSPORTE S/A, AUTO VIAÇÃO BRASIL LUXO LTDA
E PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

**RESPONSABILIDADE CIVIL. TRANSPORTE
COLETIVO. Danos morais e materiais. Evento
morte. Disparo de arma de fogo. Culpa
exclusiva de terceiro. Exclusão da
responsabilidade do transportador e do estado.
Indenização não caracterizada. Sentença
improcedente. Recurso improvido.**

Trata-se de recurso de apelação interposto contra sentença de fls. 761/766, de relatório adotado, que julgou improcedente a ação de indenização por danos morais e materiais ajuizada pelos apelantes.

Em suas razões, alegam que o Código de Defesa do Consumidor não inclui o caso fortuito como causa excludente e, assim, reconhecida a culpa objetiva, as apeladas deverão ser condenadas ao pagamento de indenização. Sustentam ter sido o despreparo dos funcionários da empresa e a falta de segurança dentro do transporte coletivo que acabaram deixando os usuários em uma situação vulnerável e de risco. Aduzem que o transporte público deve ser prestado de modo a satisfazer o cidadão e que a condenação das apeladas é uma forma de desencorajar atitudes de descaso para com a sociedade.

Recurso tempestivo.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

Contrarrazões (fls. 780/785).

É O RELATÓRIO.

Não assiste razão aos apelantes

Para a configuração do direito de reparação é necessária a existência do dano, o nexo de causalidade entre o este e o fato imputável ao agente, e a demonstração de sua culpa.

Conforme se vê do teor do Boletim de Ocorrência de fls. 44/46, é inegável a existência do dano diante da comprovação do falecimento do cônjuge/genitor dos apelantes em decorrência de disparos de arma de fogo que o alvejaram (fls. 20), após uma discussão com outro passageiro num veículo da empresa Auto Viação Brasil Luxo (fls. 44/47)

Todavia, não se vislumbra a ocorrência do nexo de causalidade, bem como a culpa dos apelados.

Não se pode olvidar que a violência e a criminalidade assolam a todos os cidadãos indistintamente, bem como a utilização de medidas preventivas ou repressivas por parte das empresas de segurança ou do cidadão comum são insuficientes para evitar a ação criminosa ou impedir suas consequências lesivas.

Ressalte-se que o mérito da questão reside na averiguação da culpa da apelada que, segundo os apelantes, estaria caracterizada pela ausência de contratação de empresa de segurança com intuito de salvaguardar a incolumidade de seus usuários



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

A contratação de empresa especializada em segurança não constituiria uma garantia de vida dos usuários, pois as circunstâncias do acidente, ora analisado, eram totalmente imprevisíveis e inevitáveis, até mesmo ao Estado, titular do poder de polícia

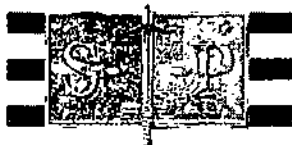
Observe-se, ainda, que o ato de terceiro é causa exclusiva do falecimento do usuário e, por isso, não existe a relação de causalidade entre a ação ou a omissão do agente e o dano

Segundo o ensinamento de CARLOS ROBERTO GONÇALVES:

"Quando, no entanto, o ato de terceiro é a causa exclusiva do prejuízo, desaparece a relação de causalidade entre a ação ou a omissão do agente e o dano. A exclusão da responsabilidade se dará porque o fato de terceiro se reveste de características semelhantes às do caso fortuito, sendo imprevisível e inevitável. Melhor dizendo, somente quando o fato de terceiro se revestir dessas características, e, portanto, equiparar-se ao caso fortuito ou à força maior, é que poderá ser excluída a responsabilidade do causador direto do dano" (in Responsabilidade Civil, Saraiva, 1995, 6ª ed., pág. 509)

Neste mesmo sentido ARNALDO RIZZARDO argumenta:

"se os passageiros de um coletivo brigam entre si e se lesionam; ou se alguém é ferido por um delinquente que assalta os usuários, não vemos relação de causalidade entre o veículo e o fato. Há, aqui, a exoneração de responsabilidade, pois a causa da lesão não está no meio de transporte, nem surge da circunstância de estar viajando. A responsabilidade objetiva do transportador decorre de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

desastre acontecidos entre veículos. A culpa presumida pressupõe um acidente com veículo, mesmo que seja por culpa de terceiro, e não emana de elementos ou causas estranhos ao trânsito. Fosse o contrário, seria admitir a responsabilidade por tudo que sucedesse no interior da condução, sem qualquer participação dos que a dirigem. Inculcar-se-ia o dever de ressarcir os desfalques pelos assaltantes que muitas vezes se repetem nos ônibus, executados por terceiros".
(In A reparação nos acidentes de Trânsito, 2ª Ed, RT, págs 74/75)

Ausente, pois, o nexo de causalidade e reconhecido o fato externo causado por terceiro, não decorrente da prestação de serviço, afasta-se a responsabilidade objetiva das apelantes e descabidas as indenizações pleiteadas.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso mantendo a sentença tal como lançada.


PAULO GALIZIA
RELATOR